

Índice

A imprensa e o abuso dos sacerdotes.....	1
--	---

A imprensa e o abuso dos sacerdotes

Para apresentar uma boa informação não só é preciso que os factos transmitidos sejam certos, como também enquadrá-los no contexto adequado. No caso dos abusos a menores na Igreja católica, após décadas de silêncio houve uma explosão de notícias a partir de 2002. Pode perguntar-se se com esta informação a opinião pública terá chegado a conclusões ajustadas à realidade. A [reunião de 21 a 24 de fevereiro](#) do Papa Francisco com os presidentes das conferências episcopais para abordar este tema foi ocasião para o passar em revista.

Os abusos perpetrados por sacerdotes provocaram logicamente condenação e rejeição. E não apenas pelo delito em si, como porque de um sacerdote se espera uma conduta digna de acordo com aquilo que deve pregar. Por isso, existe o risco de que qualquer tentativa de colocar os dados no seu contexto seja entendida como um modo de diminuir a gravidade. Mas a indignação por si só não proporciona a informação de que necessita a opinião pública.

No livro "Factfulness", que se converteu num *best seller*, o sueco Hans Rosling mostra como os preconceitos e um mau uso dos dados condicionam a visão dos problemas do mundo. Para evitá-lo, avança uma série de conselhos, entre eles o de colocar as coisas de modo proporcional: "Os grandes números parecem sempre grandes. Os números isolados são enganadores por si sós e deveriam levantar-nos a suspeita. Deve-se procurar sempre comparações. Idealmente, dividi-las por algo".

Uma minoria ou o clero em geral?

No caso dos abusos a menores por parte de clérigos, nos títulos jornalísticos abundam os números redondos, mas muitas vezes é esquecida a proporção. Serão muitos ou poucos em relação ao total do clero em determinado país e ao longo de determinados anos?

Num caso recente, em agosto de 2018, captou a atenção da comunicação social o [relatório do Grande Júri da Pensilvânia](#), sobre os abusos em seis dioceses católicas do estado. A sua investigação dizia que durante 70 anos tinha havido "acusações credíveis" contra 301 sacerdotes, dos quais teriam sido vítimas pelo menos 1000 menores identificados.

Esta conclusão do ministério público teria sido mais útil se houvesse referido que percentagem de sacerdotes haviam sido acusados em relação ao total de sacerdotes no ativo nessas dioceses durante esses 70 anos. Mas apesar de ser um texto de 1400 páginas, o relatório não trazia esse dado.

No plano nacional, a investigação mais sistemática nos EUA foi a que fez em 2004 a [John Jay College of Criminal Justice](#) (University of New York), que a efetuou de modo independente com dados proporcionados pelas dioceses, referentes ao período 1950-2002. Nesses 52 anos, os denunciados por abusos sexuais constituíram entre 4 % e 4,3 % do total de sacerdotes ativos ao longo desses anos.

Outra ampla [investigação](#) sobre o problema de abusos a menores em todo o tipo de instituições foi a que realizou na Austrália uma Comissão Real em 2017. Segundo este relatório, no período 1950-2010, os sacerdotes católicos acusados foram 2,9 % dos que eram ativos nos anos 50, 4,5 %

nos 60, 4 % nos 70, para cair para 0,2% na primeira década do século XXI.

O que fica claro é que impressiona muito mais um título de “1000 clérigos cometeram abusos contra menores”, do que “4,4 % do clero foi acusado de abusos em 52 anos”.

“A ponta do iceberg”

Mesmo dentro dos culpados de abusos a menores haveria que distinguir entre os ocasionais e os predadores sexuais. No relatório da John Jay College, nos EUA, diz-se que a maioria deles (56 %) foram acusados por uma vítima cada um, enquanto que uma parte muito pequena (149 sacerdotes, 3 % dos envolvidos) acumula mais de um quarto das denúncias (27 %). A política de “tolerância zero”, que afasta do ministério sacerdotal para sempre o primeiro caso de abuso, pode ser uma medida enérgica para cortar de modo saudável; mas, neste como em qualquer outro delito, não é a mesma coisa ser culpado de um ato isolado, ou um delinquento habitual.

Os números absolutos são mais alarmantes se acompanhados com o acrescento de que “isso é somente a ponta do *iceberg*”. Esta advertência pode ter a sua parte de verdade, pois nem todas as vítimas estão interessadas em denunciar ou demoram anos a fazê-lo. Mas também pode ser enganadora, pois agora existe um grande interesse em escutar as vítimas, investigar e indemnizar, mesmo que sejam casos de há décadas. Daí que talvez o que ainda está submerso seja já menor do que aquilo que veio à tona. Por outro lado, a teoria da “ponta do *iceberg*” pode ser aplicada a estes delitos como a tantos outros, seja a fraude fiscal, o assédio sexual no trabalho ou a corrupção urbanística, sem que isto implique uma suspeita para com todo um grupo.

Impressões erradas

Uma indignação plenamente justificada da opinião pública com os abusos, corre o risco de estigmatizar todos os sacerdotes por culpa de uma minoria.

Na Irlanda, segundo uma [sondagem realizada pelo The Iona Institute](#) em 2011, 70 % dos irlandeses pensavam que o número de sacerdotes culpados de abusos a menores constituía uma percentagem muito superior à real, a qual de acordo com os relatórios mais confiáveis se situava em torno dos 4 %. Ora, 42 % dos inquiridos pensavam que se situaria num de cada 5 sacerdotes e 18 % atribuíam um número superior a metade do clero.

Quando depois de tanta informação, o público chega a conclusões tão afastadas da realidade sobre a extensão de um fenómeno, algo falha na cobertura mediática.

De qualquer forma, chama a atenção que enquanto nos atentados jihadistas se insiste em que não se pode identificar os muçulmanos com os terroristas, no tema dos abusos há poucas distinções entre os abusadores e o clero em geral.

Entre acusações e condenações

A compaixão que suscitam as vítimas e o facto de que muitas vezes foram ignoradas, pode fazer com que agora a opinião pública aceite qualquer acusação que se faça. Mas, como em qualquer outro delito, também aqui há que distinguir entre acusações e condenações judiciais.

De acordo com um relatório sobre abusos cometidos por clérigos católicos na Alemanha de 1946 a 2014, dos casos chegados aos tribunais civis, 31 % acabaram em condenação, 21 % em absolvição e os restantes tinham prescrito. Nos dados recolhidos no relatório da Jay College nos EUA, cerca de 2000 denúncias (15 % do total) haviam sido retiradas ou demonstraram ser falsas.

Quando se recolhem dados, costumam ser de acusações, mas isso não significa que todas estejam comprovadas. Por exemplo, quando se apresentou à opinião pública [o relatório da Pensilvânia](#), poucos esclareceram que o Grande Júri é uma instituição dirigida pelo ministério público, que opera à porta fechada e sem ouvir a defesa, e cuja função não é determinar a culpabilidade ou inocência dos acusados, mas ver se existem suficientes motivos para iniciar um processo. O relatório acolhe “acusações credíveis” contra 301 clérigos, mas nessa altura apenas havia dado lugar a dois processos judiciais. A maioria dos delitos havia prescrito e muitos dos acusados tinham morrido. Daí que, em muitos casos, não seja possível saber se teriam sido condenados ou absolvidos.

Também houve casos de sacerdotes ou bispos acusados perante os tribunais e que [foram absolvidos](#). No quadro das típicas mudanças da opinião pública, a passividade anterior transformou-se numa presunção de culpabilidade, o que levou por vezes a deitar abaixo a reputação de pessoas inocentes, também em [casos](#) do âmbito civil.

O contexto temporal

As revelações sobre abusos começaram a vir à luz do dia no início deste século, mas em muitos casos remontam a décadas atrás. Por isso, é importante não perder de vista o contexto temporal.

Os relatórios publicados abrangem longos períodos de cinquenta, sessenta ou setenta anos. Ao somar os casos de muitos anos, a impressão causada é maior, neste como em qualquer outro fenómeno. Se pegarmos no caso do relatório da Pensilvânia, não é a mesma coisa falar de 300 sacerdotes abusadores e de 1000 vítimas em 70 anos, que dá uma média de um pouco mais de 4 acusados e 14 vítimas por ano.

Mas muito menos a média é clarificadora, pois a incidência não é a mesma ao longo do período. Se se citar um número isolado e não se disser como se distribui ao longo dos anos, não é possível saber se o fenómeno é antigo ou atual, se vai intensificar-se ou o contrário.

A onda de acusações, que fez rebentar e alimentou o escândalo a partir de 2002, refere-se na sua maioria a casos antigos, porque as vítimas calaram-se ou não foram escutadas durante anos. Nos EUA, a década de 70 é a que tem o maior número de casos. Na Alemanha, a incidência é maior nos quinquênios 1956-1960 e 1966-1970. Os picos variam consoante os países, mas verifica-se claramente que a incidência baixou nas últimas décadas, graças à prevenção na Igreja e à maior atenção da opinião pública. No [caso da Pensilvânia](#), a maior parte do relatório refere-se a abusos cometidos no século passado, mal havendo encontrado casos depois de 2002.

Mas como muitas vezes as informações se referem a novas investigações agora publicadas, dá a impressão de que “a Igreja se encontra envolvida numa nova onda de abusos”, quando na realidade se trata de novos dados sobre casos do passado.

A reação dos bispos

Ao explicar as falhas no modo de reagir perante uma situação de crise é fácil julgar a gestão de ontem com os critérios e os conhecimentos de hoje. É evidente que a situação foi, em geral, muito mal gerida pelos bispos. Pensou-se mais em preservar o bom nome da instituição, do que em ouvir e atender as vítimas; acreditou-se que com psicoterapia e mudanças de destino se podia recuperar os sacerdotes culpados; houve ocultação e dissimulação; optou-se por tentar corrigir as coisas com medidas internas sem informar as autoridades civis. O resultado foi deplorável e hoje é motivo de vergonha.

Mas, até que ponto conheciam os bispos a magnitude do problema? Juntamente com as vítimas que informaram os bispos ou recorreram à polícia, também houve muitas que não denunciaram na altura e só falaram ao fim de alguns anos. Daí que a extensão do fenómeno conhecido hoje, não seja a mesma que então conheciam os bispos.

Inclusivamente, [a consideração da pedofilia](#) não era a mesma então e agora. No fragor da revolução sexual dos anos 70, as relações entre adultos e menores eram mais um campo onde havia que romper os tabus sexuais. Não eram apenas ideias de um grupo de exaltados. Na Alemanha, em meados dos anos 80, os Verdes tinham um grupo de trabalho de “Gays, Pedófilos e Transexuais”, que fazia um trabalho de *lobby* perante o Parlamento Federal para abolir o preceito do Código Penal que proibia as relações sexuais com menores. Em França, no ano de 1977, grande parte da intelectualidade de esquerda mais conspícua – desde Sartre e Simone de Beauvoir a Roland Barthes – pediu num documento a absolvição de três homens perseguidos por terem mantido relações sexuais com adolescentes dos dois sexos de 13 e 14 anos. Na Holanda, estava ativo um movimento pedófilo que, em 1979, dirigiu uma petição ao Parlamento para que fossem autorizadas as relações sexuais entre adultos e menores.

O clima só mudou nos anos 90, devido aos testemunhos de vítimas de abusos, e a pedofilia passou a ser vista como uma patologia criminoso.

Por seu lado, a Igreja católica continuou a condenar moralmente estas relações. O que então se reprovava à Igreja era o seu “puritanismo sexual”, mesmo que, como logo se viu, no seu seio houvesse pessoas que tinham as suas próprias ideias sobre o assunto.

A resposta a partir do escândalo

No momento de avaliar a reação dos bispos também se deve distinguir períodos e personagens. Não se pode meter tudo num único bloco, desde 1950 até hoje, como se a resposta dos bispos houvesse sido sempre a mesma e igual em todo o lado.

A imprensa cumpriu o seu papel ao contribuir para trazer à luz do dia os abusos silenciados durante décadas. Mas uma informação jornalística solvente também deve pôr em relevo que, desde 2002, as autoridades da Igreja alteraram a sua atitude e a sua política. A hierarquia reconheceu a sua responsabilidade e pediu perdão às vítimas; foram publicados dados de sacerdotes acusados; adotaram-se medidas de “tolerância zero” que reduziram drasticamente os casos de abusos; foram expulsos do sacerdócio predadores sexuais; na Santa Sé e nas dioceses criaram-se organismos especializados na prevenção; melhorou-se a seleção de candidatos ao sacerdócio e a sua formação para o trabalho com menores. O Papa Francisco reuniu-se com os presidentes das conferências episcopais para rever o que se está a fazer e como melhorar as coisas.

Pode-se sempre dizer que a Igreja deve fazer mais. Mas é de perguntar se haverá outras instituições que nos últimos tempos tenham feito tantos esforços neste campo, e o que se poderia aprender com eles.

A Igreja e os outros

Devido a ser a Igreja católica a instituição que nos dias de hoje publicou mais dados sobre este problema no seu seio, a que conserva mais registos, a que dispõe de um património para enfrentar processos judiciais, ela surge como a mais afetada. Mas quando o foco se alarga para outros setores, observa-se que os abusos a menores acontecem também noutras instituições, religiosas e civis.

A Comissão Real australiana, que ouviu os testemunhos de mais de 8000 vítimas e passou em revista a experiência de mais de 4000 instituições, verificou que no período 1950-2010, 58 % dos casos de abusos aconteceram em instituições religiosas (de diversas confissões), 32,5 % em instituições estatais e 10,5 % em instituições privadas não religiosas. Do total de abusos, cerca de 35 % foram cometidos em instituições católicas e os restantes noutras instituições, religiosas ou não. Quanto aos perpetradores dos abusos, as suas profissões mais comuns eram as de ministros religiosos de alguma confissão (31,8 %), professores (20,4 %), trabalhadores em residências (13,5 %) e famílias de acolhimento (11,3 %).

Mas como as investigações jornalísticas e judiciais sobre os abusos a menores se centraram na Igreja católica, o público pode tender a pensar que se trata de um problema específico da Igreja católica. De qualquer forma, será mais ou menos grave do que noutros âmbitos? Não o sabemos, porque mal houve investigações comparativas.

O que sabemos é que perante casos de abusos – a menores ou a adultos –, a reação dos responsáveis das instituições afetadas não foi muito diferente da dos bispos. Na grande maioria dos casos procurou-se fazer um arranjo interno que preservasse a reputação da instituição, compensasse a vítima e, por vezes, o responsável nem sequer foi despedido. Assim aconteceu nos casos de [capacetes azuis da ONU](#) que abusaram de meninas, nos de [cooperantes de ONG](#) que fizeram o mesmo em países pobres, nas acusações de violações em universidades e no [exército](#), em [equipas desportivas](#) como a de [ginástica](#) infantil dos EUA, no caso de estrelas televisivas como Jimmy Savile na BBC, [nos Boy Scouts](#)... Nestes âmbitos e também noutras Igrejas, a reação habitual não era ir correr a denunciar o caso à polícia e informar a opinião pública.

Inclusivamente, em diversas grandes empresas dos EUA, os empregados são obrigados por contrato a solucionar internamente os casos de abuso e assédio sexual, sem recorrer aos tribunais. [A Microsoft pôs fim a esta política](#) em dezembro de 2017, e na altura foi dito que 60 milhões de trabalhadores norte-americanos estavam submetidos a estas cláusulas.

Um aspeto que a imprensa em geral não destacou, é que nos abusos perpetrados por clérigos, a grande maioria deles são contra rapazes. Também no citado relatório da John Jay College diz-se que os abusos foram na sua maior parte contra homens (81 %). O relatório do Grande Júri da Pensilvânia confirma que “a maior parte das vítimas eram rapazes, embora também houvesse raparigas”. Pelo contrário, no conjunto dos EUA, a taxa estimada de abusos sexuais contra menores é maior entre as raparigas (14,5 %) do que entre os rapazes (7,2 %).

Mesmo assim, não houve muito interesse em relacionar os abusos e a homossexualidade, mas os dados indicam que uma grande maioria dos abusos de menores na Igreja foram de natureza homossexual.

Por outro lado, na informação jornalística houve uma tendência para enquadrar os abusos dentro dos efeitos contraproducentes do celibato sacerdotal. Mas isto contrasta com o facto de que no conjunto da sociedade a maior parte dos abusadores não tem nenhum compromisso de celibato e entre os sacerdotes os culpados de abusos foram uma minoria. Segundo [Philip Jenkins](#), autor do livro “Pedophiles and Priests” (1996), “as minhas investigações destes casos durante os últimos vinte anos indicam que não há qualquer prova de que os sacerdotes católicos ou outros clérigos celibatários estejam mais inclinados a incorrer em mau comportamento ou abusos do que os clérigos de qualquer outra Igreja, ou que os leigos”.

Sem dúvida, na Igreja católica e na sociedade ainda existe margem para melhorar a proteção das crianças. Mas também é suscetível de melhoria o esforço informativo para situar os factos num contexto adequado.

I. A.